



7 • Correio Braziliense — Brasília, sábado, 11 de janeiro de 2025

Bolsas Na sexta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na sexta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na sexta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,77% São Paulo	121.163 118.856	R\$ 6,102 (+ 1%)	6/112 7/104 8/109 9/042	R\$ 6,250	12,15%	12,51%	Agosto/2024 - 0,02 Setembro/2024 0,44 Outubro/2024 0,53 Novembro/2024 0,39 Dezembro/2024 0,52
1,63% Nova York	7/1 8/1 9/1 10/1						

CONJUNTURA / IPCA acelera em dezembro e encerra 2024 com alta de 4,83%, acima do teto. Descumprimento da regra obriga Banco Central se explicar pela oitava vez desde 1999, início do regime de metas, e pela terceira vez em quatro anos

Inflação fora da meta faz BC enviar 8ª carta

» RAFAELA GONÇALVES

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial, acelerou em dezembro ante novembro, com alta de 4,83%. Com isso, o indicador fechou o ano acumulando alta de 4,83%, acima do teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 4,50%.

Tradicionalmente, quando a meta de inflação não é cumprida, o presidente do Banco Central é obrigado a enviar uma carta aberta ao presidente do CMN explicando os motivos do ocorrido. Assim, o BC enviou, ontem, chega a oito o número de vezes em que isso ocorre desde que o regime de metas foi criado, em 1999. Apenas em 2017, houve o rompimento do piso da meta em vez de estouro do teto. A meta de inflação atual é de 3%, com margem tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Na carta enviada ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que preside o CMN, o novo presidente do BC, Gabriel Galípolo, atribuiu o estouro da meta ao forte crescimento da economia, à desvalorização do real e a fatores climáticos.

Indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o novo presidente do BC foi pouco crítico à questão fiscal, principal motivo de preocupação dos agentes financeiros. O termo foi mencionado apenas duas vezes no documento de 17 páginas. “No âmbito doméstico, a percepção dos agentes econômicos sobre o cenário fiscal afetou, de forma relevante, os preços de ativos e as expectativas dos agentes, especialmente o prêmio de risco, as expectativas de inflação e a taxa de câmbio”, destacou um trecho do texto.

Em 26 anos do regime de metas de inflação no Brasil, o estouro ocorreu em 2001, 2002, 2003, 2015, 2017, 2021, 2022 e 2024. Este ano marca ainda o terceiro descumprimento num curto espaço de quatro anos. Apenas em 2023, o indicador fechou dentro do teto estabelecido, em 4,62%.

A última vez que a meta de inflação havia sido descumprida foi em 2022, em pleno ano eleitoral, o ex-presidente Roberto Campos Neto justificou o estouro do limite por fatores, como a elevação do

preço do barril de petróleo e a retomada da economia.

Vilões

Conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os maiores impactos sobre o IPCA de 2024 vieram dos preços de alimentação e bebidas. Os itens alimentícios sofreram influência de condições climáticas adversas, em vários períodos do ano. “O destaque no IPCA foi o grupo alimentação e bebidas, o grupo com maior peso no orçamento das famílias. Problemas climáticos, como as chuvas no Sul e as queimadas, prejudicaram a oferta de produtos in natura”, ressaltou o gerente da pesquisa Fernando Gonçalves.

As carnes, o azeite de oliva, o óleo de soja, o café moído e o leite longa vida estão entre os itens que mais subiram os preços ao longo do ano passado, apontados como vilões da inflação. “A seca que atingiu parte do país pressionou os preços de alimentação, em especial, de carnes e leite, em função da deterioração de pastagens, e de produtos como café e laranja. O ciclo do boi repercutiu nos preços de carne de forma significativa e mais forte do que o esperado, somando-se aos efeitos da seca e da depreciação cambial nesses preços”, explicou a carta.

Assim como em 2023, a gasolina exerceu o maior impacto individual sobre o índice, acumulando alta de 9,71% no ano passado. Em segundo lugar, estão os planos de saúde, que subiram 7,87% em 12 meses, seguidos pelo subitem refeição fora do domicílio, que acumulou alta de 5,70%.

Para o economista Volnei Eyng, CEO da gestora Multiplike, o dado acende um alerta importante sobre os desafios para estabilizar a inflação no Brasil. “Para o consumidor, a persistência da inflação em itens essenciais, como alimentação e transporte agrava o custo de vida, corroendo o poder de compra e afetando principalmente as famílias de menor renda, que destinam uma maior proporção do orçamento a esses itens”, avaliou.

Do ponto de vista econômico, o dado indica que o BC seguirá uma política monetária contractionista, elevando ou mantendo os juros mais altos. Juros maiores encarecem a tomada de crédito e

Carestia

Confirmando as projeções do mercado, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial, voltou a acelerar em dezembro, com alta de 0,52%, acumulou avanço de 4,83% no ano — acima do teto da meta de inflação, de 4,50%

EVOLUÇÃO DO IPCA

Variiação mês a mês — Em %



ESTOURO DA META

Desde 1999, quando começou o regime de metas, o BC descumpriu a regra oito vezes, contando com 2024. Confira os anos em que foi preciso o envio da carta explicativa:

Ano	Meta	Piso/Teto	IPCA do ano
2001	4,00	2,00/6,00	7,67
2002	3,50	1,50/5,50	12,53
2003*	3,25	1,25/5,25	9,30
	4,00	1,50/6,50	9,30
2015	4,50	2,50/6,50	10,67
2017	4,50	3,00/6,00	2,95**
2021	3,75	2,25/5,25	10,06
2022	3,50	2,00/5,00	5,79
2024	3,00	1,50/4,50	4,83

*Houve alterações na meta, e, mesmo assim, ela não foi cumprida.
**Única vez que rompeu o piso

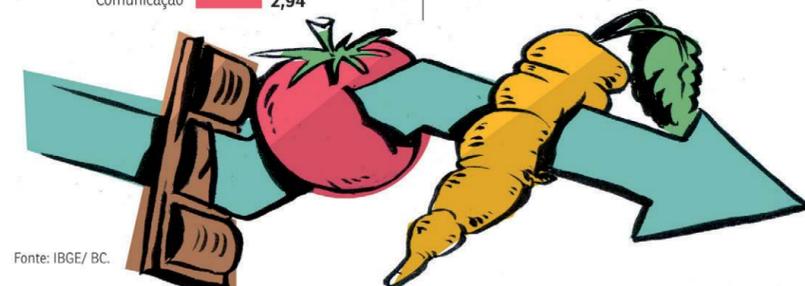
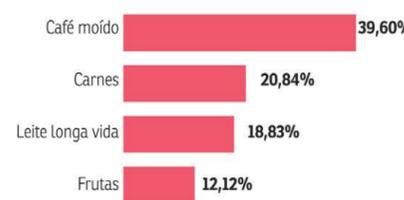
RESULTADO DA ALTA DE PREÇOS POR GRUPOS

Variiação acumulada em 2024 — Em %



PRINCIPAIS ALTAS ENTRE OS ALIMENTOS

Maiores influências — Variiação no acumulado do ano em %



Fonte: IBGE/BC.

Wallace Martins/Esp. CB/D.A Press



Mauro Silva: correção é medida necessária e justiça tributária

Defasagem na tabela do IR chega a 154,49%

A defasagem média da tabela do Imposto de Renda (IR) alcançou 154,49%, após o resultado da inflação oficial de 2024, de 4,83%, conforme levantamento da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco). Segundo a entidade, a proposta do governo de aumentar a faixa de isenção para R\$ 5 mil deve beneficiar 9,58 milhões de contribuintes.

O estudo calcula os impactos da correção integral da tabela. Atualmente, a faixa de isenção do IR é de R\$ 2.259,20. Para que houvesse correção integral conforme o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o valor do piso salarial deveria ser de R\$ 5.136,01. Essa diferença evidencia o peso desproporcional

dos tributos sobre os contribuintes de menor renda. Segundo a entidade, a falta de atualização adequada da tabela intensifica a carga tributária sobre as classes média e baixa, que vêm sendo as mais impactadas. Com a nova faixa de isenção proposta pelo governo, o total de isentos chegaria a 58,2%.

Essa correção da tabela implicaria perdas anuais de R\$ 51 bilhões na arrecadação ao governo. A medida compensatória prevista é a taxa extra de quem recebe mais de R\$ 50 mil mensalmente, com uma alíquota mínima de 10% aplicada sobre todos os rendimentos, incluindo aluguéis e dividendos. Na avaliação do presidente da Unafisco

Nacional, Mauro Silva, para garantir a neutralidade fiscal, a implementação de um imposto mínimo de 10% sobre o rendimento total é suficiente. Ele ainda destacou que a isenção anunciada pelo governo é o primeiro passo positivo na direção da correção integral da tabela. “Essa, sim, medida necessária e desejada para atingirmos a justiça tributária para a classe média assalariada e essencial para promover maior justiça fiscal e preservar o poder aquisitivo dos brasileiros”.

Para o especialista em direito tributário Eduardo Natal, sócio do escritório Natal & Manssur Advogados, a correção da tabela é importante passo na direção

da justiça fiscal. “Há uma defasagem histórica na correção da tabela do IR, que desde 1996 não acompanha devidamente a inflação. A correção dessa distorção beneficia a classe média e trabalhadores que há muito tempo vêm sendo prejudicados por essa falta de atualização”, afirma.

Além disso, Natal vê com bons olhos a taxação de pessoas físicas que ganham acima de R\$ 1 milhão por ano, desde que implementada de forma adequada. “Uma graduação de alíquotas que não penalize excessivamente os contribuintes é essencial. Uma tributação muito elevada pode ter o efeito indesejado de afastar residentes do Brasil”, alertou o advogado. (RG)